



ARTIGO

DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM PARINTINS-AM

The dimensions of the precarization of the teaching work in Parintins-AM

Andreza Gomes Weil¹

Antônia Mara Raposo Diógenes²

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt³

Resumo: As mudanças ocorridas no contexto do ajuste neoliberal interferem nos espaços públicos, e conseqüentemente, nas políticas educacionais. Aliado a este processo surge uma *nova morfologia social do trabalho*, caracterizada pelas mutações na racionalidade produtiva e que tem impacto sobre as atividades docentes. Este artigo tem por objetivo analisar os aspectos que precarizam as condições objetivas e subjetivas do trabalho dos docentes da Educação Básica do município de Parintins. Para tal, foi realizada uma pesquisa por meio de formulários com perguntas abertas e fechadas que foram aplicados junto a 25 docentes que atuam na rede pública do município. Os principais fatores em destaque que expressam a precarização foram: a instabilidade e sobrecarga de trabalho, desvalorização salarial e ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades. Além disso, os docentes relataram que estas situações têm impactado diretamente em sua saúde física e mental. Desta forma, constata-se a ausência do poder público sobre as situações de precarização que permeiam o cotidiano dos professores.

Palavras-Chave: Trabalho docente. Precarização. Educação.

Abstract: The changes took place in the context of neoliberal adjustment interfere in public spaces and consequently in educational policies. Along with this process, a new social morphology of work emerges, characterized by mutations in productive rationality and that have an impact on teaching activities. This article aims to analyze the aspects that precarious the objective and subjective conditions of the work of the teachers of Basic Education in the city of Parintins. To do this, a survey was carried out using forms with open and closed questions that were applied to 25 teachers who work in the public network of the municipality. The main factors that stand out and which express the precariousness were: instability in work, devaluation and delay in wages, overload, and lack of resources for the development of activities. In addition, teachers reported that these situations have directly impacted their physical and mental health. Thus, the absence of the public power on the situations of precarization that permeate the daily life of the teachers is verified.

Keywords: Teaching work. Precarization. Education.

How to cite this paper: WEIL, A. G.; DIÓGENES, A. M. R.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Dimensões da precarização do trabalho docente em Parintins-AM. *Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v. 9, n. 20, p. 199-207, Número especial, 2016.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: andrezaweil@gmail.com

² Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: antoniaraposo@gmail.com

³ Doutora em Sociologia e Antropologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: katia-helena@uol.com.br

Introdução

Nos últimos anos as políticas educacionais vem sendo duramente atingidas e passam por diversas reformas para atender as imposições do modelo Neoliberal. Conforme Oliveira (2004) estas mutações impactam na organização e na gestão da educação pública visto que sugerem um sistema educacional que forme para a empregabilidade, considerando que a educação é indispensável para o acesso ao emprego formal.

Sob esta lógica as políticas educacionais brasileiras são pensadas dentro de um pensamento empresarial que também passa a orientar a dinâmica do trabalho docente. Neste sentido, passa a fazer parte do cotidiano destes profissionais as diversas exigências do mercado de trabalho voltadas à produtividade, assim como a precarização nas formas de contratação e na escassez de recursos para o desenvolvimento de atividades. Conforme Piolli (2011) o mais agravante é que estes fatores têm impacto sobre as condições de saúde dos docentes e desencadeia o sofrimento e um golpe na autoestima.

Estas situações foram evidenciadas no diálogo com os professores da Educação Básica do Município de Parintins durante a realização de uma disciplina do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). No decorrer das aulas os mesmos relatavam as dificuldades que enfrentavam em sua prática profissional e a angústia da instabilidade do trabalho, uma vez que todos eram contratados em regime temporário pela prefeitura.

Tais questões motivaram a elaboração desse artigo, que tem por objetivo analisar os aspectos que precarizam as condições objetivas e subjetivas do trabalho dos docentes da Educação Básica no município de Parintins. Para tal, buscar-se-á delinear o perfil socioeconômico dos informantes, identificar as principais dificuldades enfrentadas no trabalho e conhecer suas perspectivas em relação à melhorias em suas condições de trabalho.

Procedimentos Metodológicos

De acordo com Gonsalves (2001) a metodologia indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. Esta pesquisa trata especificamente da realidade do Trabalho dos docentes da Educação Básica do município de Parintins, para tal foi necessário pensar em um enfoque metodológico que apreenda não apenas a dinâmica dos locais de trabalho, mas os rastros ocultos da realidade do *homem-que-trabalha*, sua vida cotidiana e suas relações de sociabilidade (ALVES, 2013).

Neste sentido, a pesquisa foi direcionada a partir de uma perspectiva quali-quantitativa visto que buscou uma compreensão detalhada acerca dos significados e características da precarização do trabalho a partir do olhar dos participantes. Os sujeitos da pesquisa foram os docentes que atuam na Educação Básica do município de Parintins identificados durante a realização de uma disciplina do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) no campus da Universidade Federal do Amazonas do mesmo município no ano de 2015. Foi aplicado formulário com perguntas abertas e fechadas com uma turma de 25 alunos e todos concordaram em participar da pesquisa.

ARTIGO

A pesquisa foi operacionalizada em diferentes momentos que se configuram complementares, sendo os seguintes: 1) *levantamento bibliográfico*, onde foram pesquisadas e analisadas produções científicas relacionadas ao Trabalho Docente e às políticas educacionais; 2) *levantamento exploratório*, momento em que foram realizados debates e outras dinâmicas em sala de aula para conhecer a realidade vivenciada pelos alunos em seus locais de trabalho; 3) *levantamento de campo*, momento em que foram aplicados dos formulários junto aos participantes da pesquisa. Após a conclusão destas etapas, as informações foram transcritas, organizadas e analisadas para a elaboração do artigo.

Quem são os docentes que vivenciam a precarização do Trabalho

O alcance dos objetivos da pesquisa depende do conhecimento sobre as condições de vida dos docentes, o que perpassa a necessidade de delinear o perfil socioeconômico dos mesmos. Na Tabela 1 verifica-se que a maior parte dos informantes está na faixa etária entre 28 e 37 anos, o que revela um público jovem, que naturalmente enfrenta as exigências de um mercado de trabalho competitivo.

Tabela 1: Idade dos participantes da Pesquisa

Idade	N.	%
18-22 anos	0	0
23-27 anos	0	0
28-32 anos	7	28
33-37 anos	7	28
38-42 anos	8	32
43-48 anos	2	8
Mais de 49 anos	1	4
Total	25	100

No que se refere ao gênero verificou-se que 88% dos informantes são do gênero feminino e 92% do total dos docentes tem entre 1 a 3 filhos. Quanto ao Estado Civil, a pesquisa revelou que 32% dos informantes são casados, 36% solteiros, 28% vivem em união estável e apenas 4% são divorciados.

Um total de 24% dos informantes exerce suas atividades na área rural do município de Parintins e os outros 76% nas escolas públicas da Educação Básica localizadas na área urbana. Constatou-se ainda que 84% dos docentes são naturais do mesmo município e 80% reside na cidade. Os outros locais em que residem os informantes são: Agrovila do Caburi, Barreirinha, Mocambo, Boa Vista dos Ramos e Nhamundá.

Alguns informantes relataram que permanecem na área rural durante a semana para cumprir suas atividades e aos fins de semana retornam para suas residências. As tabelas 2 e 3 sintetizam as informações relativas à Naturalidade e ao local onde os informantes residem atualmente:

Tabela 2: Naturalidade dos Informantes

Município	N.	%
Parintins	21	84
Boa vista dos Ramos	2	8
Juruti	1	4
Nhamundá	1	4
Total	25	100

Tabela 3: Local onde mora atualmente

Município	N.	%
Parintins	20	80
Agrovila do Caburi	1	4
Barreirinha	1	4
Boa Vista dos Ramos	2	8
Nhamundá	1	4
Total	25	100

Acerca dos aspectos socioeconômicos verificou-se que a renda mensal dos docentes é relativamente baixa, uma vez que 50% dos informantes ganham entre 1 e 2 salários mínimos e 33% entre 4 a 6 salários. Esta informação torna-se agravante quando se constata que 54% dos informantes são o principal provedor da família e 89% não exercem outras atividades para complementação de renda.

A desvalorização salarial dos docentes é um debate recorrente no Brasil e contraditoriamente, não demonstra avanços. No caso dos informantes da pesquisa, a situação é agravante, visto que 76% dos mesmos são contratados por tempo determinado para atender a demanda anual das escolas públicas. Em geral, a desregulamentação das relações de trabalho causa agravantes como: atraso nos salários, instabilidade e assédio moral, questões que levam a precariedade da condição objetiva e por consequência a precariedade da condição subjetiva dos trabalhadores. (VENCO e RIGOLON, 2014).

O Docente e a Nova Morfologia Social do Trabalho: a realidade de Parintins

Conforme Alves (2013), as mudanças ocorridas no mundo produtivo implicam em uma *nova morfologia social do trabalho* cuja principal característica é a precariedade salarial, baseada nas relações de trabalho flexíveis, que se expressam pelas novas formas de contratação, remuneração e jornada de trabalho. Este contexto tem como consequência a precarização do *homem-que-trabalha* à medida atinge o plano da subjetividade humana afetando a vida cotidiana e social dos trabalhadores.

Para Venco e Rigolon (2014), as mudanças impetradas nas políticas educacionais pelo modelo neoliberal exercem forte influência sobre este processo pois são fomentadas por uma revolução *gerencialista* que favoreceu a inserção de novas formas de controle e alterou a organização e gestão do trabalho docente. O que se verifica é a desregulamentação de direitos e o aumento na flexibilização das contratações, principalmente no interior do estado do Amazonas onde o quadro permanente de professores não atende a demanda.

Em particular, os docentes em situação de contrato por tempo determinado vivenciam situações de tensão e *angústia* ao final de todo o ano letivo, isto porque, de acordo com uma das informantes: *“nunca sabemos ao certo se iremos ou não voltar. Todo final de ano é uma agonia porque a gente não sabe se no ano seguinte vai estar ou não empregado.”* (Informante 25).

Para Piolli (2011) a escassez de recursos para a educação em razão do declínio do poder regulatório do Estado afetam sobremaneira os processos de auto identificação e de reconhecimento, causando tensões, conflitos e sofrimentos psíquicos aos trabalhadores. A afirmação do autor fica evidente quando 80% dos informantes afirmam que suas atividades causam impactos sobre a sua saúde e segurança em

ARTIGO

razão dos seguintes motivos: o número expressivo de alunos em sala de aula, a postura e o esforço físico durante suas atividades, a utilização excessiva da voz, a ameaça de alunos e os riscos de acidentes dos professores que atuam em área rural. Os relatos dos informantes sinalizam tal realidade:

“Afeta sim a nossa saúde pois as salas são super lotadas e também não temos preparo para lidar com crianças com necessidades especiais, isso causa um grande impacto e nos prejudica emocionalmente pois de que forma podemos trabalhar com todos esses obstáculos?” (Informante 14).

“O estresse, o cansaço físico e mental e ainda a ameaça dos alunos envolvidos com drogas, tudo isso mexe com a nossa saúde física e mental” (Informante 16).

“Fico todo o tempo da aula em pé, tenho um cálculo renal, 03 cirurgias e muitas dores de coluna e quando sento sinto meu corpo partir ao meio. Vivo à base de medicamentos para a dor” (Informante 24).

“Para mim é no físico, eu, por exemplo, já estou com falta de vista por ter que executar várias funções à luz e velas e surdez por ter que aguentar muito barulho” (Informante 11).

No contexto dos discursos fica claro que o trabalho modifica a qualidade de vida dos informantes e vem desencadeando o que alguns autores definem como mal-estar docente. Conforme Esteve apud Souza e Leite (2011) “A expressão mal estar docente descreve os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor [...]” (p.1109). Tal situação compromete a saúde e o comportamento do docente em função da manifestação de sentimentos negativos, medos, frustrações e outras situações.

O que se verifica é que a exigência imposta aos docentes vem causando uma série de consequências às suas condições subjetivas, principalmente à dimensão da saúde. Em muitos casos a sua condição salarial não lhe permite um acompanhamento médico adequado que lhe proporcione melhor qualidade de vida, tal como relata uma das informantes:

“Bom, não estamos alheios aos problemas que nossos alunos enfrentam e isso acaba nos abalando emocionalmente. Nossa condição financeira já não é boa e sem um plano de saúde que possa nos atender isso piora. Outra questão é a voz, é o nosso principal instrumento e não temos um médico especialista que possa nos atender, por isso saímos da escola e da sala de aula por causa do estresse e do cansaço físico e mental” (Informante 25).

Outra constatação é que as exigências por parte do poder público não condizem com as condições de trabalho proporcionadas aos professores, uma vez que estes convivem diariamente com a ausência de recursos e necessitam criar estratégias para o desenvolvimento de suas atividades como relata uma das informantes: *“a gente faz o que pode, mesmo com a falta de estrutura da escola, a falta de equipamento na sala de aula, biblioteca, atraso de material. A gente tem que dá um jeito.” (Informante 6).*

Acerca de suas condições de trabalho, 88% dos informantes avaliaram que são boas, porém, 60% consideram que atuação do Poder Público não é suficiente para o desenvolvimento das atividades pelos seguintes motivos: estrutura precária das

salas de aula, atraso no material didático, ausência de planejamento junto às equipes de trabalho, ausência de espaços complementares tais como bibliotecas, laboratórios e outros. Além disso, alguns informantes sinalizaram problemas com o transporte escolar e a merenda escolar na área rural. Os relatos de alguns informantes reafirmam as questões referentes à precarização das condições de trabalho:

“A falta de espaço físico adequado para o numero de alunos, porque tem um numero expressivo de alunos mas falta espaço na sala. E também cursos orientados pela SEMED” (Informante 4).

“Alguns professores tem muita teoria mas no dia a dia não conseguem motivar seus alunos, mas também os recursos chegam tarde demais e a manutenção dos equipamentos também não é feita” (Informante 7).

“Condições de materiais pedagógicos precários e escola não apropriada para atender as crianças da educação infantil. a estrutura é comprometida” (Informante 14).

“A falta de estrutura para a escola, a falta de formação para os docentes, a falta de salas equipadas como bibliotecas, informática e outros” (Informante 6).

A realidade vivenciada pelos docentes na Amazônia é peculiar, pois além da precarização das condições de trabalho, estes profissionais exercem uma *multivariabilidade de funções* (ANTUNES, 2009), ou seja, acumulam outras atividades em razão da ausência de profissionais específicos. Em algumas comunidades, o professor é o único funcionário da escola e assume a função de diretor, supervisor, coordenador pedagógico e até de merendeiro.

Outra característica recai na superlotação das salas de aula e na modalidade de ensino *multiseriado* que ainda prevalece em muitas comunidades. Neste caso, quando existe apenas uma escola no local, o professor ministra conteúdos diferenciados para uma única turma de alunos que estão em diferentes níveis escolares, situação que caracteriza a *polivalência* de suas atividades.

Para Oliveira (2004), esta situação se apresenta como uma forma de desvalorização e desqualificação do professor, uma vez que este precisa responder a demandas que vão além de sua formação.

Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (OLIVEIRA, 2004, p.1132).

Estas *angústias* foram manifestadas pelos docentes principalmente em relação a ausência de profissionais nas escolas, situação que gera sobrecarga de trabalho, conforme relata a docente: *Temos uma demanda muito grande, inúmeras dificuldades e poucas profissionais e funcionários capacitados, isso gera acumulo de atividades e temos que dar conta* (Informante 7).

Quando questionados sobre as questões que levam a desmotivação do trabalho em seu cotidiano, os docentes sinalizaram as seguintes situações: ausência dos familiares na escola, falta de apoio da Secretaria de Educação para qualificação,

ARTIGO

desvalorização salarial e profissional. De acordo com Piolli (2011) o não reconhecimento da contribuição dos indivíduos causa sofrimento e afeta a sua personalidade, condições que interferem diretamente em sua produtividade no Trabalho.

Um total de 89% dos informantes relatou afinidades com sua profissão, entretanto, sinalizam que as dificuldades enfrentadas são fatores de desmotivação e que estas poderiam ser resolvidas pelo Poder Público. Neste sentido, os docentes sinalizaram o que poderia ser melhorado em suas condições de Trabalho e as mesmas estão categorizadas na Tabela 4:

Tabela 4 : Categorização das sugestões de melhorias nas condições de trabalho dos docentes

Categorização	Trechos dos Discursos
Valorização Salarial	<p><i>“Primeiramente a valorização profissional, o reconhecimento. Uma remuneração que nos daria mais felicidade. Mais investimento na educação, melhoria em todos os campos de aprendizagem e formação adequada por área de conhecimento” (Informante 21).</i></p> <p><i>“Muitas coisas poderia ser melhorada mas entre estas: melhores salários e melhor infraestrutura” (Informante 19).</i></p>
Apoio do Poder Público	<p><i>“Melhorar a parte pedagógica por meio dos representantes da Semed. Poderia ter técnicos preparados para ministrar cursos, oficinas para uma melhor pratica pedagógica” (Informante 14).</i></p>
Apoio do Poder Público	<p><i>“ Material de apoio pedagógico, Planejamento junto à equipe coordenadora, condições para possíveis visitas aos alunos em suas residências” (Informante 24).</i></p> <p><i>“Poderíamos receber mais apoio dos coordenadores pedagógicos na pessoa da SEMED, pois são poucas as vezes que vão até nós em sala de aula para nos ajudar a enfrentar os problemas e as dificuldades de aprendizagem. Mas sem dúvida o maior problema que temos hoje em sala de aula são os fatores sociais” (Informante 25).</i></p>
Apoio da Família	<p><i>“A presença dos pais na vida do filho, nossos alunos precisam de acompanhamento ou seja, eles precisam se achar valorizados pelos pais” (Informante 22).</i></p> <p><i>“Trabalhar a falta de motivação por parte da família, que infelizmente não acredita que seus filhos possam vencer através da educação. Também motivar os alunos a aprender mesmo quando querem aprender a desestrutura econômica, familiar e social que hoje abatem com mais impacto sobre os lares, tem sido o motivo que levam a maior dificuldade para um bom trabalho pedagógico” (Informante 24).</i></p>

ARTIGO

Frente a tais considerações os docentes afirmaram que se estas problemáticas fossem prioridade para o Poder Público suas condições de trabalho seriam ainda melhores e, conseqüentemente, a qualidade da educação para os alunos.

Mesmo vivenciando as situações precárias de trabalho, os docentes têm expectativas muito positivas em relação às suas atividades e buscam o reconhecimento do seu trabalho pelo Poder Público. Quando perguntados sobre as suas expectativas futuras os mesmos apontaram questões como: qualificação e aperfeiçoamento para a melhoria das atividades em sala de aula, aprovação em concurso público, valorização salarial e reconhecimento profissional. Os discursos dos entrevistados sintetizam estas questões:

“Penso em ser reconhecida perante a sociedade e poder ganhar um pouco mais do que eu ganho, pois nós educadores ganhamos pouco” (Informante 8).

“Ter um maior aceso a outras áreas da educação, poder participar de um concurso público e parar de ser humilhada quando procuro um emprego. Terminar a especialização e fazer um mestrado, espero sempre seguir em frente” (Informante 20).

“As minhas perspectivas são me tornar uma profissional reconhecida por desempenhar um ótimo trabalho como professora, receber um bom salario e poder contribuir com a comunidade onde moro na formação de bons cidadãos a partir dos meus conhecimentos”(Informante 21).

“Quero melhorar minha vida, ser alguém melhor do que já sou e cursar um mestrado e se Deus quiser um doutorado” (Informante 22).

Verifica-se então que as expectativas dos professores são sempre direcionadas à melhoria em sua profissão, ainda que vivenciem o contrário. Tais questões são desafiadoras considerando a desvalorização profissional e a escassez de recursos para a Educação, entretanto, os docentes devem ser realmente protagonistas dessas mudanças tão necessárias.

Considerações Finais

O conhecimento sobre as angústias dos docentes acerca de suas condições de trabalho deve ser uma inquietação do Poder Público, mas também de toda a sociedade se consideramos que estes profissionais saio responsáveis pela formação de milhões de pessoas.

Esta pesquisa mapeou de forma objetiva alguns aspectos que se referem à difícil e precária realidade vivenciada pelos docentes das Escolas Públicas de Parintins em seus espaços de trabalho. A necessidade do trabalho, mesmo em condições precárias, leva os docentes a se submeter a uma série de imposições que tem impacto sobre sua saúde e sobre suas condições de vida.

Ao professor dos tempos atuais não basta apenas o conhecimento da sala de aula, a didática, a formação puramente pedagógica. Busca-se um profissional *gestor e polivalente* para atender todas as lacunas necessárias impostas pelo capital. Tal condição submete o trabalho docente à *nova morfologia social do trabalho*, impregnada pelo produtivismo e, conseqüentemente, alienação dos trabalhadores.

Agradecimentos

Agradecimentos aos professores-discentes da turma do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) por suas contribuições para a elaboração deste artigo.

Aos professores do Parfor que contribuíram no momento da aplicação do formulário.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Práxis)

ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. S. **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014. (Projeto Editorial Práxis)

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.82, p.93-130, abril 2003.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. São Paulo: Alínea, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, vol 25, n.89, p.1127-1144, Set/Dez.2004.

PIOLLI, E. Sofrimento e reconhecimento: o papel do trabalho na constituição da identidade. **Revista USP**, São Paulo, n.88, p.172-182, dezembro/fevereiro, 2010-2011.

VENCO, S.; ROGOLON, W. **Trabalho Docente e Precariedade**: contornos recentes da política educacional paulista. *Comunicações*. Piracicaba, ano 21, n.2, p.41-52, jul-dez 2014.